

## **A COLABORAÇÃO DA FILOLOGIA PARA A HISTÓRIA SOCIAL**

Antonio Ackel (USP)

### **ABSTRACT**

This article aims to highlight ways that philology can contribute with social history studies. As an example, we present two letters from the beginning of the 20th century written by patients admitted at the Pinel Asylum, in São Paulo. We observe how philological methodologies could lead us to different historical evidences revealed in those letters and how to reflect about the concepts and practices of eugenics in Brazil. By that time, this philosophy was being widely spread among global scientific communities. This work also presents a semi diplomatic transcription of those letters and part of the patients' records. Philology deals with the document and its writing. In this sense, it discusses how to approach material culture as a source for historical knowledge. We mainly want to contribute with the restricted source of philological treated documents for researches of other fields interested in eugenics in Brazil.

Keywords: Social History; Philology; Personal letters; Eugenics.

### **RESUMO**

Este texto busca evidenciar modos de colaboração da filologia para os estudos da história social, utilizando-se, como exemplo, de duas cartas escritas no começo do século XX por pacientes internados no Sanatório Pinel, em São Paulo. São observados apontamentos filológicos que levam a diferentes evidências históricas reveladas por meio desse material e a reflexões acerca dos conceitos e práticas da eugenia no Brasil que, nessa época, estavam sendo amplamente difundidos nas comunidades científicas do mundo. Este trabalho apresenta também uma transcrição semidiplomática de duas cartas e de parte dos prontuários dos pacientes e faz considerações sobre a espécie documental *carta* para os estudos da história social. A filologia ocupa-se do documento e sua escrita, desta maneira, discute seu alcance na cultura material como fonte para o conhecimento histórico. Visa-se a contribuir, especialmente, com o ainda restrito arcabouço documental de fontes, tratado filologicamente para pesquisas do campo da história social sobre o início do pensamento eugenista no Brasil.

Palavras-chave: História Social; Filologia; Cartas pessoais; Eugenia.

## **Introdução**

Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão sobre os modos de contribuição da filologia para a história social. Para tanto, utilizam-se como exemplo estudos de uma edição filológica, compostos por observações codicológicas e uma transcrição semidiplomática, de duas cartas escritas por pessoas que ficaram internadas no sanatório Pinel, em São Paulo, entre os anos de 1929 e 1944 e de parte de seus prontuários médicos. O trabalho que se apresenta pretende colaborar com o escasso número de fontes filológicas para estudos da história social acerca do pensamento eugenista dominante na sociedade brasileira, no começo do século XX.

Deseja-se divulgar, em primeiro lugar, os aspectos codicológicos que ensejaram a produção deste texto. Tais referem-se às características materiais do documento (Ruiz García 1981; Gilissen 1977; Agati 2009) e, neste trabalho, propõem novos olhares sobre os modos de censura pelos quais os pacientes passaram, ao tentarem se comunicar com o mundo externo. Em seguida, apresenta-se uma transcrição semidiplomática, fidedigna, que atende aos critérios científicos estabelecidos pela filologia. Buscou-se uma transcrição que mais se aproximasse do original (Castro e Ramos 1986) e, ao mesmo tempo, que alcançasse maior público. Suas normas serão descritas em seção pertinente. Ao final, fazem-se considerações sobre fatos histórico-sociais investigados nas descrições das cartas e dos prontuários sobre o tema da eugenia no Brasil.

A filologia é uma ciência dedicada à descrição e análise de documentos escritos. Assim, é concebida como uma disciplina capaz de oferecer teoria e metodologia específicas para o estudo de seu objeto, ampliando fontes de pesquisa e oferecendo saberes técnicos para a consolidação de interesses interdisciplinares (Vasconcellos 1928; Elia 1975; Spina 1977).

Atenta a aspectos sociológicos, geográficos, antropológicos e econômicos, a história social serve de base para o conhecimento de representações ideológicas tanto práticas, quanto na formação de ideias e teorias (Burke 1991, 1992; Calmon 2002 [1935]; Hobsbawn 1998; Tilly 1984).

Considerando a história social desse ponto de vista, pode-se pensar num diálogo com a filologia, pois assim dá-se a conhecer mais profundamente a história, a identidade de um manuscrito, as razões que levaram à sua produção e as pessoas que nela se envolveram.

O texto escrito pode ser considerado como uma representação da na-

tureza social, de maneira que o documento passa a ser potencialmente o registro da memória de uma cultura. Os documentos evidenciam a história de uma sociedade envolvida em práticas de letramento. Segundo Higounet (2003: 10), a escrita não se refere apenas a um procedimento destinado a fixar a palavra ou um meio de expressão permanente, mas também ao acesso direto ao mundo das ideias que reproduz a linguagem, “por essência fugidia”, permitindo assim apreender o pensamento, fazendo-o atravessar o tempo e o espaço.

Documentos, como os apresentados neste trabalho, relatam ações e eventos sociais. Pensa-se, assim, inicialmente, sobre as diversas interpretações que podem ser adotadas para a compreensão da história narrada e sobre a diversidade de leituras possíveis. A partir disso, propõem-se tratamentos textuais que levem a compreender as situações históricas de sua produção e, mais especificamente, no caso da documentação aqui selecionada, os cenários de sua circulação e não transmissão.

A produção textual selecionada para este artigo apresenta uma série de informações que se cruzam ao longo dos estudos filológicos. Segundo Hobsbawm (1998: 220), ao investigar a história de um documento, muitas vezes, o pesquisador busca respostas apenas para o que está procurando, e não para o que está disponível para ser descoberto. Muitas fontes da história só foram reconhecidas como tais porque alguém, ao se questionar, “sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – respondê-la.”

A filologia deve valer-se de conhecimentos especializados, que se ligam à história do seu objeto, e buscar compreender a melhor forma de revelar os resultados de sua pesquisa para interpretá-los com diferentes perspectivas.

Para tanto, deve recorrer a disciplinas correlatas ao trabalho filológico que, no caso deste artigo, são: a) a história social, que permite refletir sobre as diversas atividades humanas, não só sobre os novos modos de organização e estrutura política pelas quais passava o país na época, mas também sobre relações sociais dos indivíduos, autores das cartas, seus familiares e seus grupos profissionais; b) a codicologia, que viabiliza a aplicação de seus conceitos e métodos para descrição e análise de características materiais do objeto textual, oferecendo ao estudioso ferramentas com as quais poderá saber sobre a origem, as condições físicas, as etapas de constituição e o manuseio pelo qual passou uma determinada documentação; c) a edição textual, que exige do pesquisador conhecer fenômenos linguísticos, como questões relativas a normas ortográficas e acentuação gráfica, pois, a depender da transcrição de

um texto, busca-se alcançar ao máximo o público leitor, para que a divulgação se converta em reflexões tanto de ordem acadêmica quanto de senso comum.

A aplicação de métodos de ciências afins ao trabalho filológico, neste artigo, visaram a contemplar as várias características de documentos do Sanatório Pinel. Trabalhos como os de Vacaro (2011), Pereira (2016), Ackel (2019), podem ser encontrados sobre outros documentos do Sanatório Pinel, sob outras perspectivas.

Dessa forma, quer-se propor novos olhares críticos para a época e o local em que o material, aqui apresentado, foi elaborado. Busca-se entender a produção dessa documentação a partir da perspectiva eugenista difundida em práticas psiquiátricas em centros de tratamento especializados, no Brasil. Além disso, pretende-se conjecturar razões sobre as condições materiais da carta, observando suas marcas administrativas como anotações, circulação e arquivamento, a exemplo de práticas médicas da Instituição.

## 1. Eugenia e o sanatório Pinel

Em 1909, Sir Francis Galton (1822-1911) publicou *Essays in Eugenics* [Ensaio sobre eugenia], um extenso relatório à luz de pensamentos eugenistas sobre características humanas que o matemático, antropólogo e médico pesquisou durante suas viagens internacionais. Ao apresentar dados estatísticos, diz que “em se comparando ideias vigentes de diversas épocas e civilizações, pode-se assertar sobre o que se acredita ser nato e permanente e o que se acredita ser adquirido e transitório” no ser humano.<sup>1</sup>

Galton (1909: 35) definiu eugenia como “a ciência que lida com todas as influências que melhoram qualidades natas de uma raça”.<sup>2</sup> Melhorar é considerar apenas os bons comportamentos físicos e mentais de uma pessoa, que são influenciados por sua educação. Não se trata de qualificar uma pessoa como moralmente boa ou má, mas de relacionar suas formas comunicativas de expressão às características da sociedade. Um considerável número de qualidades pode ser facilmente descrito na estrutura do pensamento eugenista, destacam-se: saúde, energia, habilidade, educação, força, disposição.

---

<sup>1</sup> Tradução de “By comparing the current ideas at widely different epochs and under widely different civilizations we are able to ascertain what part of our convictions is really innate and permanent, and what part has been acquired and is transient.” (Galton 1909: 12, tradução livre)

<sup>2</sup> Tradução de “Eugenics is the science which deals with all influences that improve the inborn qualities of race.” (Galton 1909: 35; tradução livre)

Ao longo de sua obra, Galton diz que se fosse aplicada uma prática efetiva da eugenia em seu país, naquele momento, metade da população seria considerada boa. O que revelaria uma sociedade “menos tola, menos frívola, menos impressionável e mais politicamente cuidadosa”.<sup>1</sup>

Ao elaborar suas teorias e publicá-las, o autor promoveu, de maneira eficaz, suas ideias sobre a “possibilidade de melhoria da raça humana condicionada às leis e sentimentos existentes”<sup>2</sup>, como a variedade de comportamentos do ser humano, seu grau de instrução formal, união de pessoas com as mesmas características, qualidade de cognição de crianças.

A academia médica de muitos países, ao ter contato com esses pensamentos, concebeu os métodos profiláticos de Galton propostos como ideais para reorganização da sociedade. Tal pensamento difundiu-se por toda a Europa, Estados Unidos, até chegar ao Brasil. Aqui, perdurou por muitos anos. Políticas eugenistas foram aprovadas em projetos de lei, muitos apresentados por Cincinato Braga (1864-1963), por exemplo, em 1921, cujo texto propunha que se evitasse a imigração negra, retomando a lei de 1891, revogada em 1907.<sup>3</sup> Conceitos sobre a melhoria da raça podem ser observados, desde a metade do século XIX, com definições de “imigrante ideal”, tais como “branco, camponês, resignado”.

No Brasil, os estudos de aplicação prática da eugenia foram iniciados pela Liga Brasileira de Higiene Mental, uma entidade civil, mantida por contribuições de filantropos e financiamento federal. De acordo com o decreto-lei n. 4.778, de 1925, tornou-se a primeira Associação da Medicina Social da América do Sul. Dividia suas atividades em duas modalidades: “Dentro das primeiras incluem-se todas as sugestões que se destinem a promover a perfeita higidez mental dos indivíduos normais, cabendo às segundas - medidas de ordem propriamente profilática - o combate direto às causas de desarranjo mental”.

Segundo Caldas (1932a), a higiene mental era responsável por equilibrar e manter a ordem das funções psíquicas individuais diante do meio social, evitando, assim, os desequilíbrios que viessem a constituir doenças mentais.

---

<sup>1</sup> Tradução de “...less foolish, less frivolous, less excitable and politically more provident...” (Galton 1909: 49; tradução livre)

<sup>2</sup> Tradução de “My subject will be the possible improvement of the human race sob the existing circumstances of law and sentiment.” (Galton 1909: 16; tradução livre)

<sup>3</sup> A lei trata, entre outras sanções, de projetos de restrição à entrada de imigrantes negros do Brasil. Pode ser encontrada em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html> (acessado em 30/04/2020).

Olinto (1941) corroborou com essa descrição ao destacar que os problemas que a higiene mental devia resolver eram oriundos de questões de adaptação, de aprendizagem e de ajustamento social. Assim, os serviços de higiene mental restritos aos estabelecimentos de assistência a psicopatas, controlados exclusivamente pelas organizações de saúde pública, nunca produziram os efeitos necessários para uma sociedade desenvolvida e mais saudável.

No início do século XX, São Paulo estava acompanhando a era da modernidade, período em que uma série de invenções foram concebidas, por exemplo, eletrodomésticos, telefone, elevador, veículo automotor, cinema, avião. No entanto, a facilidade que a modernização disponibilizava era somente para “quem podia e não para quem queria, e com ela o próprio desenho da urbe tomava feição mais segregada do que em períodos anteriores” (Toledo 2015: 97).

Se por um lado a vida moderna convidava a novas formas de sociabilidade, por outro excluía aqueles que não podiam vivê-la. Nesse contexto, essa cidade foi palco da diversidade cultural da população, que era composta por uma quantidade expressiva de ex-escravos, trabalhadores pobres, analfabetos, grande número de imigrantes e a elite obcecada em alcançar engrandecimento social e econômico suscitado pelo rápido desenvolvimento.

A medicina passou a acreditar que tantas novas informações sobre o modo de vida na cidade, dependendo de como fossem absorvidas, poderiam desencadear distúrbios mentais (Pacheco e Silva, 1950). Foi nesse momento que a figura do psiquiatra se destacou, examinando as relações do indivíduo como participante do meio social.

A partir do século XX, o desvio comportamental passou a ser tratado como assunto de saúde pública. O Ministério da Educação e Saúde tornou-se responsável por disciplinar, corrigir, curar e eliminar hábitos indesejáveis. Essas práticas de higiene mental atingiram todos os estratos sociais. Numa cidade em pleno desenvolvimento, como São Paulo, não havia liberdade de expressão; qualquer comportamento fora do estabelecido pelo grupo, qualquer desvio, era considerado inadequado e não poderia fazer parte daquele meio (Pereira 2016).

Assim, o pensamento eugenista passou a ser considerado, para uma determinada classe médica como a de Pacheco e Silva (1898-1988) e Vieira de Carvalho (1867-1920), uma medida reguladora para a busca da ordem e do progresso do Brasil por meio de uma raça branca, limpa, forte, útil.

Foi um período em que se discutiam questões ligadas a segregação social, internação compulsória, além dos tratamentos já consolidados de higiene mental como imersão em banhos, remédios, eletroestimulação, todos eles entendidos como métodos de cura.

Tal ideologia considerava doentes mentais aquelas pessoas que se comportavam de modo diferente ao estabelecido, dessa maneira, deviam ser internadas nas casas psiquiátricas do país, o tempo que fosse necessário.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), Antonio Carlos Pacheco e Silva dirigiu o Departamento de Assistência aos Psicopatas, pertencente ao então criado Ministério da Educação e Saúde. Dedicou grande parte de sua carreira a compreender, controlar e curar hábitos e doenças mentais, desempenhando um importante papel na história da psiquiatria brasileira.

Ao regressar de seus estudos em Paris, no final da década de 1920, com a intenção de aplicar o que havia aprendido, fundou, em sociedade com outras organizações, o Hospital Psiquiátrico Pinel, em São Paulo. Até então, pessoas com transtornos mentais eram atendidas em hospitais como o Juquery, Instituto Paulista, Instituto Homem de Mello. Ainda, o Sanatório Pinel deveria atender a superlotação de leitos hospitalares com a qual já sofria a cidade e suprir as necessidades de inovações terapêuticas no país, que só eram possíveis em clínicas bem aparelhadas.

O Sanatório Pinel pode ser entendido como uma resposta ao crescimento da cidade da qual a elite social paulista foi financiadora e um exemplo do esforço eugenista para ordenação do espaço urbano. Na cidade em que residiu, Pacheco e Silva participou da “legitimação de novos padrões sociais em que médicos e juristas destacaram-se na história como orientadores dessa nova sociedade moderna, com a elaboração de discursos reguladores da ordem social” (Toledo 2015: 54).

Inaugurado em 1929, o hospital psiquiátrico Sanatório Pinel foi um projeto arquitetônico do escritório Lindberg Alves e Assumpção, financiado por colegas médicos de Pacheco e Silva, comerciantes, advogados. Modernos pavilhões de inspiração norte-americana comportavam o total de 120 pacientes divididos entre homens, mulheres e suas “moléstias mentais.” Construído em um privilegiado espaço que pertencia à Companhia Armour do Brasil, em Pirituba, região de sítios e grandes áreas verdes, o Pinel foi assim chamado em homenagem ao fundador da psiquiatria científica no século XVIII, Phillipe Pinel (1745-1826).

O sanatório, durante sua administração privada (até 1944), registrou a passagem de mais de 4.500 pacientes, internados por diversas causas,



desde cansaço demasiado, tendências homossexuais, estados depressivos até demonstração de interesse por assuntos que, na época, revelavam desejos de emancipação feminina ou preocupação com vozes que só o paciente ouvia. Comportamentos como esses eram considerados fora dos padrões aceitáveis socialmente na época, por isso configuravam casos de internação médica para tratamento, muitas vezes a pedido da família e contra a vontade do internado.

Durante o tempo em que ficava internado no Pinel, o paciente só poderia sair do sanatório se outra pessoa fosse buscá-lo (normalmente a mesma que o internou). Os familiares que aparecem como destinatários nessas cartas desempenham não só o papel de colaboradores na composição da missiva, mas também de coprodutores do conteúdo, na medida em que estão envolvidos nos relatos. Questionamentos sobre razões da elaboração desse material devem ser feitas para que se esclare o entendimento de tais circunstâncias.

As duas cartas apresentadas neste trabalho contêm pedidos de saída e foram escritas sob condição de isolamento social, contra a vontade do internado. Esse período de reclusão pode revelar uma conjuntura de eventos que circunstanciaram sua elaboração. A primeira carta é de uma mulher cuja vontade de ler livros, divorciar-se, viajar sozinha, emancipar-se socialmente, levou-a à reclusão. A segunda é de um homem que, mesmo sem assumir-se homossexual publicamente, é conduzido pela polícia ao sanatório, a pedido de seu pai porque demonstrava comportamento efeminado. As duas missivas serão comentadas em detalhe.

O contexto político, social e médico que circunstanciou a produção dessa documentação é também apresentado neste artigo, com objetivo de discutir modos de contribuição da filologia para a história social.

Acredita-se que o fazer filológico deva ser motivado também pela divulgação de documentos ainda em estado manuscrito, para que uma história que venha a ser elaborada possa ser confirmada por dados neles contidos. Nesse sentido, reflete-se, a seguir, sobre a adequação de tratamentos filológicos para apresentação do material.

## **2. O tratamento filológico de documentos históricos: cartas do Sanatório Pinel**

O material apresentado pode ser consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob registro de “Fundo Pinel”, e é composto por aproximadamente 4.500 prontuários médicos que foram utilizados para



registrar informações de pacientes entre os anos de 1929 e 1944. São encontradas fichas de internação, relatórios e receitas médicas, consentimentos de terceiros para aplicação de novos tratamentos, documentos elaborados pelos próprios pacientes, como desenhos, contas aritméticas, orações, cartas para os médicos com pedidos de atualização sobre o quadro clínico, registros de pensamentos e cartas para conhecidos.

Dado o arco temporal em que se circunstancia, o objeto documental mostra importância linguística, cultural e histórica, pois contém registros pessoais narrados sob a ótica de pessoas que ficaram internadas em um sanatório psiquiátrico na primeira metade do século XX no Brasil. Período em que a reclusão era tida como prática essencial da higiene mental para correção de comportamentos considerados inadequados pela sociedade.

Desenvolver uma pesquisa filológica que possa colaborar com os estudos da história social depende não só de leitura e seleção do documento com que se trabalha, mas também de análise geral sobre ele e sobre os fatos que abrangem sua produção. Para este trabalho, consideram-se a situação política e econômica no Brasil, eugenia, isolamento social.

Ao empreender um labor filológico e deparar-se com elementos que caracterizam a individualidade de um documento, o pesquisador elabora diferentes conjecturações, por um carimbo no papel, pelo traço tremido do autor, por um fragmento de significado desconhecido ou por outra característica que se destaca nos documentos.

Analisar esses documentos, à luz desse pensamento, permite descobrir características culturais, históricas e sociais que devem ser consideradas na pesquisa. Refere-se a uma proposta de interdisciplinaridade em que a filologia torna-se atividade primeira para dar garantias do que será lido.

Abordagens diferentes sobre o material colhem novas informações, novos dados, requer novos tratamentos, desta forma, não se pode dar a conhecer completamente o conteúdo que uma documentação textual oferece, no entanto, a filologia pode extrair o maior número de informações que visam a responder a variadas questões.

Para se proceder com um tratamento filológico que apresente uma edição fidedigna, e que atenda aos anseios do leitor, o especialista nessa área deve valer-se de um conjunto de outras ciências correlatas à filologia.

As atividades filológicas correspondentes a essas disciplinas buscam no texto e sua escrita diferentes respostas. São elas: a) a codicologia, analisada em detalhes na próxima seção, preocupa-se com o suporte e o instrumento, quer saber acerca da materialidade documental, por exemplo, de que é formado,

com o que foi escrito, como foi disposto o texto na página; b) a paleografia, que entende a letra e seu traço, interessa-lhe decifrar a escrita, observar a firmeza do punho, a fluidez da escrita, a forma da letra;<sup>1</sup> c) a cultura material, que centra-se no patrimônio documental e sua história, mostrando o papel social que nela se representou; d) edição com transcrição fidedigna do texto, que é a atividade que o filólogo desempenha com a intenção de estabelecer relações entre a forma original do manuscrito e o leitor.

A pesquisa filológica ampara-se teoricamente em estudos que, ao longo dos anos, vêm demonstrando o fazer filológico no Brasil com a precisão que lhe é devida, em uma comunidade de especialistas que frequentemente tem analisado os variados elementos de um documento manuscrito para poder dar garantias de que sua edição seja fidedigna (Vasconcellos 1928; Silva Neto 1956; Azevedo 1987; Cambraia 2005).

Buscar uma interdisciplinaridade para se proceder com o estudo de um patrimônio documental é essencial para que o conhecimento filológico seja validado no que diz respeito às características materiais, gráficas e implicações histórico-sociais (Bernardes 2015).

A cada leitura, o filólogo participa de uma narração e concebe fatos que o permitem saber mais sobre o texto e sua escrita. Isso quer dizer que os documentos aqui apresentados também dependem de sua história para se tornar fontes de informação porque, ao serem lidos, revelam circunstâncias históricas que permearam atos humanos do passado. Dentro desse escopo, e por toda a intervenção que houve para sua elaboração, esses documentos são examinados para que se possa resgatar parte de sua história e de seus autores, conjecturar razões de sua produção e inferir sobre o significado de seu conteúdo textual.

A filologia encarrega-se de estabelecer a autenticidade de uma obra escrita com o intuito de recuperar e preservar a memória daquele saber. Além de restituir e reproduzir não somente os textos, preocupa-lhe também toda a produção cultural de um indivíduo, de uma ideologia, de uma língua.

O olhar relançado sobre o material colhe novas informações, novos dados, novo tratamento, desta forma, não se pode dar a conhecer completamente o conteúdo que uma documentação textual oferece.

A partir de seus conhecimentos técnicos, o filólogo é o especialista para, inicialmente, compreender um documento, contextualizá-lo, editá-

---

<sup>1</sup> Para uma pesquisa à luz do pensamento eugenista, como é o caso desse trabalho, poder-se-ia pensar sobre as diferentes caligrafias elaboradas pelos internos, ao que se poderia atribuir razões como efeitos colaterais de remédios e terapias, problemas de coordenação motora, melhora por algum tratamento ou estado de lucidez.

lo e publicá-lo. Inicialmente porque cada uma das tarefas que realiza pressupõe conhecimento especializado para seu empreendimento. A figura do filólogo só se completa quando ele assume outros papéis, possuidores desses conhecimentos prévios, como o de codicologista ou editor, e aplica tais conhecimentos para entender e apresentar o patrimônio documental.

Na próxima seção, apresentam-se observações codicológicas relevantes à produção documental selecionada para este trabalho, com intuito de se aprofundar o conhecimento sobre ela e sobre parte de sua história.

### 3. A codicologia como evidências materiais

A codicologia é a disciplina que identifica os elementos materiais de um documento. Por materialidade entende-se toda resposta que se tenha de um documento a partir do contato direto, por exemplo, sentir sua textura e peso, olhar contra a luz, verificar dobras, manchas, rasgos, carimbos, anotações de terceiros (Samaran 1934; Lemaire 1989).

Esse termo é uma definição que nasce da combinação do latim e do grego. Do latim, *codex-icis* que designava tronco de árvore, que se transformava em tábuas que serviam de suporte de escrita, o códice (Agati 2009: 29) e do grego, o sufixo *-logia* (Λόγος) que, de acordo com a *Encyclopaedia Britannica*, é um argumento que busca senso de lógica ou razão de um público (Bentham 2020).

Ao segurar o fólio<sup>1</sup>, o codicologista consegue avaliar, por exemplo, a disposição do texto principal (conhecido como mancha), o número total de linhas manuscritas, a utilização ou não de margens e parágrafos na composição textual, destaques de fragmentos como datas tópica e cronológica, vocativo, assinatura, escritos posteriores. O virar de uma página, o aproximar dos olhos ao documento são atividades que ampliam o conhecimento filológico, pois permitem que o pesquisador participe de uma etapa da qual o leitor final, a quem se destina a transcrição, normalmente não compartilha.

Neste trabalho, para além de buscar os elementos materiais presentes nos documentos, buscaram-se particularidades que configuram sua feição, identidade e história. Desta maneira, a codicologia é também responsável por unir ciências de variados campos, mas que se utilizam de um objeto em comum, o documento. Uma vez estabelecidos os critérios de avaliação que serão adotados em um manuscrito, pode-se focar no que se pretende

---

<sup>1</sup> Nome empregado na filologia para referir-se à folha de um documento. O fólio é constituído de recto (frente) e verso.

descobrir, e de acordo com a perspectiva, mesmo que limitado o campo de atuação na investigação codicológica, serão descobertas diferentes particularidades, cada uma revelando uma técnica própria.

Ao longo de sua circulação, um documento manuscrito revela sinais de alteração em sua constituição. Tais modificações podem ser observadas sob vários aspectos, como: a) material, com alterações no estado físico do suporte, carimbos, rasgos, dobras, corrosões por insetos, umidade; b) substancial, com alterações na composição imagética/estética do documento, anotações nas margens (autorais ou não), datas, vocativos, assinaturas destacadas; c) histórico, com alterações no curso de uma transmissão ou do lugar de pouso, leituras e anotações alheias, manipulação e posse indevida.

O objeto que resulta de cada uma dessas intervenções não tem mais a mesma característica de antes. Nesse sentido, pode-se dizer que o artefato textual é um objeto evolutivo que permite estudos diacrônicos e sincrônicos.

Nessa documentação, produzida pelos pacientes do sanatório, percebem-se evidências de práticas administrativas como rubricas de recebimento e anotações da administração da instituição, localizadas normalmente nas margens superiores das primeiras páginas e seguem padrões do tipo, ‘junte-se à observação de (nome do paciente)’, ‘para arquivar’.

Tais anotações nos levam a pensar no manuseio de um documento como processos de interferência na formação de sua identidade, utilidade, posse, função. Por exemplo, as cartas apresentadas aqui são registros pessoais e estão endereçadas a outra pessoa, pertencem ao destinatário do documento, no entanto, ao serem manuseadas pela administração do sanatório, anotadas e arquivadas, passam a pertencer a essa instituição.

Os autores ou destinatários das cartas deixam de possuí-las. Essas anotações de arquivamento identificam uma arbitrariedade sobre a posse, o manuseio e a destinação do documento. O propósito de uma carta que deveria ser enviada para alguém é impedido e a censura instaurada.

Outro procedimento administrativo que corrobora com a ruptura do trâmite da correspondência refere-se aos furos na lateral das folhas para fixação em fichário. Tais furos comprovam que, ao invés de terem sido encaminhadas para seus destinatários, as cartas eram arquivadas nos prontuários dos remetentes. Bastaria saber se o destinatário soube dessa documentação e se teve a oportunidade de lê-la antes do arquivamento. Fato pouco provável.

Os furos feitos por grampeadores ou furadores encontrados nas margens dos suportes também representam um estágio no percurso do docu-

mento, mas, dessa vez, parece tratar-se de um ponto final em que será de fato incorporado aos registros do paciente. Furar o papel para anexá-lo a um fichário, como são os furos que estão nas cartas utilizadas para este trabalho, mostra tratar-se de um procedimento administrativo de ciência sobre aquele material produzido e que já pode ser arquivado.

Anotações de terceiros, carimbos, furos, rasgos e outras interferências, alheias às condições de conservação, representam “camadas de identidade documental” (Ackel 2019). A cada estágio de modificação material ou substancial do documento, sua identidade se reconfigura e ele passa a possuir diferentes utilidades. A serventia de uma informação é definida a partir do interesse que se tem sobre ela.

Uma narração de um fato que o remetente dá a um destinatário, por exemplo, serve de um tipo de informação para quem a carta foi escrita, outro tipo de informação para os médicos do sanatório e ainda outro tipo de informação para este artigo. No primeiro caso, poderiam ser notícias de um ente; no segundo, dados para análise médica; no terceiro, a constituição de um *cópus* de pesquisa.

Entendendo as cartas dos pacientes como dados de análise médica, as práticas eugenistas de censura à comunicação se mostram bastante transparentes nos modos de administração do sanatório. Pacientes eram privados de comunicar-se com a sociedade externa, incluindo parentes e amigos. Ainda, apesar do grande número de pacientes que estiveram internados durante os 15 anos de atendimento particular do hospital, a quantidade de cartas encontradas no fundo Pinel é bastante pequena, já que o outro modo disponível de comunicação com o mundo exterior era o de visitas, que, pela descrição de tantos outros prontuários, ocorriam com pouca frequência.

Não se pretende aqui pressupor fatos ou conjecturar hipóteses sobre a história dos documentos, quer-se apenas recuperar criticamente a história social que serviu de contexto para sua produção, por meio de uma edição filológica que possa servir de fonte de estudos para outros saberes (Almada, 2014; Bouza, 2001).

Quando se estuda o material utilizado para elaboração de um documento, pode-se estudar também a produção textual e social de sua época. O estudo da materialidade centra-se na ideia de produção social como parte integrante de uma época (Tilly 1984). Entender a materialidade de um documento permite conjecturar suas origens, modos de transmissão, circulação, lugares de pouso, razões de produção e, a partir disso, exceder

o limite de uma descrição física documental para oferecer possibilidades de conjecturações oferecidas pela filologia, desde a utilização de um tipo específico de instrumento para a composição do texto até conseguir percorrer o caminho que o documento fez ao chegar nas mãos do leitor.

O documento, inserido nessa estrutura contextualizadora, pode revelar tais informações, corroborando com a ideia de concebê-lo como fonte escrita para a pesquisa histórica (Lara 2008). A resposta pode ser conjecturada a partir da forma de produção, utilização e destinação do documento. É preciso iniciar-se pelo modo como o documento foi constituído e manuseado para entendê-lo, a partir de suas múltiplas funções (Petrucci, 2008). Essa tarefa é possível quando são pesquisados também os eventos ocorridos diacronicamente à produção do manuscrito e significa avaliar as circunstâncias em que foi elaborado para delas averiguar os dados pertinentes às respostas que se buscam.

#### **4. Acesso aos documentos antigos: a transcrição como tarefa da filologia**

Definir a forma de transcrever um texto depende também de fatores alheios à vontade do filólogo, por exemplo, o leitor que se pretende alcançar, o conteúdo a ser revelado, o estudo que dele se objetiva pós-transcrição. Pode parecer tarefa fácil, de modo geral, definir o tipo de transcrição em função de suas qualidades ou compreensão. No entanto, a alguém pode interessar os arcaísmos, a outro, junção de fronteiras de palavras. É bastante diverso o interesse na leitura de uma obra, assim, o filólogo deve decidir pela melhor transcrição. Não caberia personalizá-la de acordo com o propósito de cada leitor, na medida em que apenas uma atividade já consome grande trabalho em quantidade e qualidade, mas deve-se buscar um texto transcrito que reproduza o material original de forma fidedigna e que satisfaça seu leitor.

Num primeiro momento de decisão sobre quais normas de transcrição adotar, o filólogo deve verificar o que o texto tem a oferecer em termos de leitura. Por exemplo, a depender do teor do texto, um leitor especializado pode se interessar não por formas linguísticas do passado, mas por assuntos jurídicos, por exemplo. Nesse caso, é possível que uma transcrição modernizada baste ao leitor (esse tipo de transcrição requer todo o número de observações sobre as interpretações e intervenções realizadas no texto original) (Spaggiari e Perugi 2004).

Não devemos estar muito enganados se dissermos que esta fase inicial do trabalho do editor é a mais espontânea, a mais intuitiva de todas. O editor é movido pelo seu bom senso (aquilo que lhe parece sensato), ou por considerações práticas, ou por preconceitos culturais, estéticos etc., ou pela submissão a modelos alheios, ou por hábitos adquiridos. E, muitas vezes, as decisões assim tomadas são certas e produzem resultados felizes. Mas nem sempre. (Castro e Ramos 1986: 12).

O rigor aplicado na atividade filológica permitiu, neste artigo, uma transcrição bastante conservadora no tocante às interferências editoriais, pois mantém características de escrita da época, como consoantes duplas, abreviaturas, junções vocabulares, ortografia idiossincrática.

Assim, propõe-se uma leitura não só correspondente ao que se pode ler no original, mas também subjetiva, que possibilite pensar a história social, registrada sob a perspectiva de pessoas que viveram isoladas da sociedade, por meio de suas cartas e sob a perspectiva do sanatório, que avaliava o comportamento dos pacientes, por meio dos seus prontuários.

A intenção de se transcrever o material é alcançar o pesquisador que se interessa não só pelo conteúdo textual revelado em linhas manuscritas, mas também pelas situações históricas, políticas e sociais que circunstanciaram sua produção. O labor filológico cumpre o papel de aplicar práticas especializadas, que se ligam à história do seu objeto, e buscam compreender a melhor forma de apresentar os resultados de sua pesquisa para interpretá-los, a partir de diferentes pontos de vista.

O modelo de transcrição aqui empregado busca eliminar intervenções alheias àquilo que o autor escreveu. Como não é possível dissociar completamente o papel de filólogo do papel de autor, uma vez que qualquer transcrição constitui uma interpretação subjetiva, porque é derivada de leitura, buscou-se realizar uma transcrição rigorosamente conservadora. O objetivo é contribuir com a tarefa de decifração, suprir a falta de contato com o original e disponibilizar dados para estudos de outros campos do saber.

Para que se compreendam as intervenções feitas para a transcrição dos documentos, relacionam-se abaixo as normas adotadas:

1. A transcrição será justalinear.
2. Acentuação e ortografia serão copiadas como estão no original.
3. A pontuação será mantida.
4. Intervenções de terceiros no documento original não serão transcritas.



5. Fragmentos com dificuldade de leitura, por comprometimento do estado do papel, serão conjecturados entre colchetes.

6. Os nomes próprios aparecerão abreviados (por questão de confidencialidade de identidade dos pacientes, exigida pelo arquivo público), com exceção dos casos de figuras públicas e funcionários do sanatório.

A escolha de uma transcrição semidiplomática indica que se pretende mostrar o percurso de elaboração textual revelado na maneira de escrita do autor. Estudar os elementos gráficos da forma com que foram produzidos no original (com suas abreviaturas, fronteiras de palavras, pontuação) permite conhecer além do conteúdo do texto, o seu contexto de produção e, assim, entender o documento como fonte de pesquisa. O labor filológico cumprirá uma vez mais seu papel de revelar, aos interessados, todas as possibilidades de significado que um documento pode conter em sua forma original.

### **5. A carta como evidência de fatos históricos**

É certo que contam a sua história, mas quando documentos textuais são estudados apenas por seus escritos, outra grande riqueza de conhecimento, sua história, deixa de ser revelada. Com isso, limita-se o acesso ao objeto, deixando-se de considerá-lo sob outras perspectivas acerca do seu dimensionamento não só linguístico, como também político e cultural. Segundo Gilissen (1981), um documento manuscrito é um artefato histórico e, como tal, deve ser analisado.

Uma carta manuscrita pode, num primeiro momento, revelar-se uma folha de papel com inscrições, carimbos, dobras, tudo com motivos e fins variados, mas o aprofundamento do olhar sobre o objeto pode levar a questionamentos subjacentes àquela elaboração. Sua configuração documental, quer dizer, o registro material, para além de suas características físicas, pode revelar ao observador seu propósito e uso, tanto a partir do momento de sua produção quanto de seu encaminhamento. O estudo dessa configuração adiciona fatos à história do objeto e, assim, permite aprofundar o conhecimento sobre ele.

O estudo de um documento manuscrito deve compreendê-lo em sua característica concreta, material, palpável, corpórea, ou seja, concebê-lo como testemunho da história que conta e entendê-lo como objeto de registro pertencente à época em que foi elaborado. É sob este aspecto que pode o filólogo analisar seu objeto de estudo e conjecturar informações acerca de sua validade, identidade, valor, autenticidade.

Ao serem analisadas as informações impressas pela mão do homem com seu instrumento em um documento, quer sejam escrituras, desenhos, rasuras, o pesquisador é levado a considerar informações gráficas existentes no suporte. O manuscrito pode ser considerado essencialmente como portador de uma mensagem escrita que é transmitida ao longo do tempo, assim deve ser preservado como potencial testemunha de uma época. Como tal, pode ser uma representação de um fenômeno social e cultural, produto de uma atividade intelectual.

É um instrumento condicionado pela função que a ele se atribui e que determina sua circulação à circunstância sob a qual foi originado, porém tal circulação pode ser alterada, a depender do contexto social, cultural e histórico em que se insere, como é o caso das cartas apresentadas neste trabalho.

A cultura material de um documento refere-se aos fatores que levaram à sua produção, ou seja, é entender o documento como uma representação social (Bouza, 2001). Fontes documentais evidenciam maneiras de elaboração do texto e, por essa razão, podem cancelar intervenções necessárias para o estabelecimento de uma edição filológica.

As cartas do fundo Pinel constituem uma valiosa evidência arqueológica para os historiadores. São parte de uma fonte documental que permite acesso informacional a dados que articulavam o ponto de vista pessoal com os acontecimentos sociais e políticos relacionados em seu contexto histórico, entre outros, costumes hierárquicos familiares, práticas médicas eugenistas para idealização de modelos sociais, a principal delas é a censura de comunicação que sofria o internado. O envio de cartas representava o estabelecimento de uma rede de contatos que, no tempo de sua reclusão, pudessem ser um meio de saída.

Manter relação com externo, mesmo sabendo que suas cartas poderiam não chegar ao destinatário<sup>1</sup>, era a única esperança e o único meio que os levaria a uma possível saída. Assim, os pacientes documentavam suas ideias sobre fatos narrados do passado e, especialmente do presente, para que pudessem convencer o destinatário da mensagem a agir em seu favor. Tais narrativas nos permitem lançar olhares sobre as relações entre paciente e destinatário, sobre a importância do documento, do seu conteúdo para ambos e, principalmente, levar em consideração o papel social do documento naquele determinado período da história, como se verá, a seguir.

---

<sup>1</sup> No fundo Pinel, há cartas como o documento n. 035 em que a paciente diz não ter certeza se a carta será transmitida ao destinatário: “Não sei se esta carta chegará às suas mãos por que elles vivem vigiando e occultam a verdade.”

### **5.1. A primeira carta: a mulher à luz do patriarcado eugenista**

Pierre Roussel (1742-1802) foi o primeiro médico iluminista a defender a especificidade no corpo da mulher. No entanto, somente a partir do século XIX, estudos das ciências biológicas como anatomia, fisiologia, começaram a descrever o feminino por meio de sua natureza sexual e não mais por crenças religiosas já ultrapassadas (Peter, 1981). É vasto o material publicado nesse século sobre a mulher, em especial, nas áreas de higiene e psiquiatria (cf. Federici 2018; Priore 1994; Scott 1988).

O interesse foi tamanho que trabalhos acadêmicos passaram também a ser divulgados nas áreas filosóficas, sociais, literárias e, embora cada uma estudasse a mulher sob sua perspectiva, a justificativa sempre se dava pela importância de ela ser a reprodutora da espécie e educadora de filhos, os futuros cidadãos (Araújo, 1883).

Dessa forma, ganham atenção os estudos clínicos da obstetrícia e da ginecologia. Com o objetivo de entender os processos de mudança no corpo da mulher, buscavam saber em que momento ela se tornava apta para o casamento, reprodução e maternidade. Ao mesmo tempo, a sociedade médica desenvolve o que Martins (2004: 44) chama de “pastoral moderna, voltada para a família, em especial para a mulher: corpo e espírito da instituição familiar”. Para além de funções reprodutoras e doenças ginecológicas, a sociedade médica começa a pensar sobre seu ser social, também sob perspectiva eugenista.

Estudos científicos a respeito da organização do corpo feminino, desenvolvidos no fim do século XIX, evidenciaram ligações entre ovários, útero e cérebro. Os resultados obtidos levaram a sociedade médica, à luz daquele pensamento, a interpretar que seu sistema era instável, ou seja, qualquer “excitação periférica poderia levar as mulheres a cometer atos contrários a sua vontade, como o infanticídio e o suicídio” (Baptista 1909: 154).

No Brasil, naquele momento a imagem de nervosa, sensível, instável da mulher contribuiu para restringir sua existência na organização social. Ser humano predisposto mensalmente a doenças (como era concebido o ciclo menstrual) e perturbações mentais não poderia almejar atividades físicas e intelectuais para as quais não tinha condições de exercer (Degler 1974).

No entanto, figuras feministas como a sufragista Leonilda Daltro (1859-1935), lutando na política social em favor do voto; Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954), Armanda Álvaro Alberto (1892-1967) formando-se em universidade; outras mulheres alcançando posições no mercado de trabalho

contradisseram os pensamentos dominantes, conscientizando e mobilizando a sociedade feminina de sua época a ocuparem seus espaços.

A sociedade começou a atribuir a responsabilidade das crises familiares a todas aquelas que buscavam por sua emancipação social, assim, passaram a ser elementos desestabilizadores de uma determinada ordem social.

Um dos empreendimentos de maior despontamento entre as mulheres foi a busca pela educação. De acordo com Hahner (1981), até a década de 1880, qualquer jovem brasileira que quisesse fazer faculdade de medicina tinha que viajar ao exterior para alcançar seu objetivo.

Assim, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira (1864-1946) e Maria Augusta Generosa Estrella (1860-1946), a segunda com idade abaixo do permitido, colaram grau, em 1881, no *New York Medical College and Hospital for Woman*.

No mesmo ano, publicaram o periódico n. 4 de *Mulher* (1881), que argumentava que os homens eram injustos pois tinham a percepção de que as mulheres eram incapazes de processar pensamentos complexos. Defendem-se com a prerrogativa de que “apenas a insuficiência de sua educação” (Oliveira e Estrella, 1881: 27) impediu-as de estar no mesmo nível que eles. E continuam:

Se não fora trabalharmos muito pelo estudo, certamente não entraríamos no conhecimento das mais palpitantes questões da vida humana. [...] Portanto recommendamos que as nossas patricias casadas e solteiras, procurem ensinar, as primeiras, aos filhos a necessidade do trabalho, as segundas que se entreguem ao cumprimento do dever do trabalho, porque por delle poderão viver livres e independentes. (Oliveira e Estrella, 1881: 27)

Publicações como essas fizeram com que novas decisões sobre a educação e o trabalho da mulher fossem tomadas, no Brasil. No entanto, mesmo depois do governo ter aberto, nessa época, as instituições de ensino superior do país às mulheres, capacitando-as a ingressar em profissões, apenas um pequeno número de mulheres pôde seguir esse caminho de empregos de prestígio (Hahner, 1981).

No decorrer do século XIX, a mentalidade brasileira acerca da instrução feminina continuava empenhada em desvalorizá-la, principalmente em se tratando de lugares carentes ao qual pertenciam as alunas de escolas públicas. Apesar do problema da formação profissional de professoras ter sempre preocupado governos, a mulher, em geral, não frequentou o ensino, para além da educação básica (Rodrigues, 1962).

O Ato Constitucional de 1834 decretou que cada província do Brasil passasse a legislar sobre a educação pública. Assim, leis de incentivo a professoras foram oferecidas pelo governo, como a n. 9 de 1835, acerca do provimento de cadeiras de ensino de meninas, com proventos de “dois terços do ordenado regulamentar”.<sup>1</sup>

Em resposta a essa e outras promulgações do governo, algumas professoras comunicaram ofícios de instrução com suas impressões sobre a educação feminina no Brasil. Em um deles, a mestra Vicentina Adelaide de Vasconcellos (1801-1844) mostrou-se a favor de permitir “castigos moderados quando as penas morais fossem ineficazes [...] às alunas que só frequentavam nas horas em que se ensinavam os trabalhos de costura e bordado”.<sup>2</sup>

A professora responsável pelo magistério de São Sebastião (1836-1839), Fortunata Rosa d’Oliveira Doria (1809-1842) adverte, em outro ofício, que “apenas aprendidos os rudimentos de leitura e escrita, deixavam de frequentá-las, visto as mães precisarem delas para os serviços caseiros e julgarem um luxo a jovem saber as quatro operações”.<sup>3</sup>

No começo do século XX, a educação feminina passou a ter uma função na agenda republicana e a servir aos projetos e ideais de modernização. Pretendia-se que as mulheres se tornassem agentes de transformação como as maiores responsáveis pela difusão dos preceitos normativos, eugenistas e grandes mediadoras entre o poder público e a população em geral.

Ainda, nesse período, acreditava-se que o desenvolvimento das cidades desorientava, intimidava, confundia o cidadão que, em meio aos avanços cosmopolitas, deveria adaptar-se a todas as mudanças (Pacheco e Silva, 1948). Quando a mulher começou a frequentar os lugares públicos da cidade moderna, seu comportamento passou a ser observado, analisado e comparado ao dos homens, o que despertou grande interesse nas áreas médicas e sociais, especialmente para a psiquiatria.

Publicações em jornais e revistas ocorriam com maior frequência de textos escritos por mulheres e sobre mulheres (Lutz, 1920; Nazario, 1923; Hirsch, 1935). Com tantos adventos, especialmente o sufrágio, em que a mulher começa a ganhar voz na política, o século XX vê uma derrota na batalha contra o pensamento eugenista, com a emancipação feminina tornando-se cada vez mais assunto abordado.

---

<sup>1</sup> Lei n. 9 de 24 de março de 1835 – Anais da Assembleia Legislativa Provincial.

<sup>2</sup> Ofício de Instrução Pública de 28 de maio de 1835, Livro 608, p. 3-8.

<sup>3</sup> Reclamações de Instrução Pública da Vila de São Sebastião de 7 de junho de 1836, Livro 32, p. 12.

A reforma do Estado brasileiro, iniciada no governo Getúlio Vargas (1930-1945), pretendia modernizar não só a estrutura social do país, mas também as dimensões mais íntimas das relações sociais, do indivíduo. A partir disso, percebe-se um grande aumento de casos de internação, em casas destinadas a tratamento de doenças mentais, especialmente de mulheres.

Para que se possa proceder com uma análise mais aprofundada, consideram-se os pressupostos teórico-metodológicos da micro-história associados à história social que permitem concentrar-se em um único indivíduo ou comunidade e, por meio de estudo e análise, tenta alcançar a compreensão de questões de ordem mais abrangente (Magnússon e Szjiártó 2013).

Como exemplo, reflete-se a seguir, sobre o caso de DDR, nascida em 1908, na cidade de Santos. Análises em seus registros pessoais permitem enxergar as circunstâncias históricas de forma subjacente à do discurso médico. Isso se dá não só por meio de sua própria narrativa, como em sua carta, apresentada nesta seção, mas por todo o histórico registrado de sua vida, que pode ser consultado em seus arquivos médicos.

Casou-se aos 17 anos e teve 4 filhos. Pelo que se lê em seu prontuário, era “independente, voluntariosa, lendo volumes e mais volumes sobre os direitos da mulher, emancipação feminina, etc.” Embora, em sua carta, mencione o fato de a família não “poder pagar o sanatório para sempre”, sabe-se que ela pertencia a uma família abastada, pelos pagamentos antecipados que fazia ao sanatório e por serem comentadas em seus arquivos viagens à Europa.

Até seus 28 anos de idade, conformou-se e comportou-se da forma como seu irmão e marido a concebiam: “vivendo bem com o marido... docil...retraída, toda dedicada aos arranjos do lar e cuidado dos filhos”. Seu pai era “alcoolista” e morreu quando ainda era pequena.

Encontram-se registros sobre a forma como era tratada em sua casa, por exemplo: “Disse que sofreu um aborto provocado, há pouco mais de um ano, por exigência do marido, que sempre a maltratou, mesmo fisicamente. [...] A progenitora da paciente afirma que seu genro sempre foi ótimo marido, só se justificando a atitude atual da filha por um desequilíbrio mental”.

Seu prontuário também registra o fato de ter tentado suicídio por quatro vezes. Nessa época, médicos, amparados em pesquisas fisiológicas e nas informações dos ginecologistas, afirmavam que, devido às transformações físicas e psíquicas proporcionadas pela menstruação, as mulheres, nesse período, poderiam cometer delitos e até mesmo o suicídio (Lombroso e Ferrero 1923).

É possível que tal tenha ocorrido por conta do relacionamento abusivo a que estava submetida, encontrando no ato a única saída.

No entanto, por sua característica vanguardista, tentou seguir os passos de outras mulheres, por meio de leituras, expressões artísticas e o desejo em divorciar-se. Seu marido, com o apoio da família, censurou-a e internou-a no Pinel:

Ha cerca de 6 mēses, toda a familia viu-se alarmada com a mudança radical que se operou no carater da paciente. Esta passou a mostrar-se independente, voluntariosa, lendo volumes e mais volumes sôbre os direitos da mulher, emancipação feminina, etc. Censurada pela progenitora, tomou tal fato como hostilidade, repelindo seus conselhos. Certo dia abandonou o lar, fugindo para o Rio de Janeiro, de onde veio trazida por um irmão. Tanto o marido, como a familia, são concordes em afirmar a mudança por que passou a paciente, contando-nos que a mesma passou a mostrar-se excessivamente vaidosa, tentando, mesmo, seguir carreira artistica, para a qual, aliás, nunca demonstrou aptidões nem vocação. [...] Seus demais parentes, inclusive sua mãe, teriam tomado partido do marido, visto como seus severos princípios de moral, os teriam levado a preferir que éla fosse tomada como louca, antes que menos digna. (Doc. 1126).

Apesar de todas as atribuições, termos, adjetivos que se referem a essa mulher, todas as descrições que o sanatório faz sobre ela são de uma pessoa que não apresenta qualquer tipo de anormalidade física ou psíquica: “Internada neste Sanatório, tem mantido ate agora conduta irrepreensível, apesar de não ter concordado com a internação verberando os parentes que querem faze-la passar por doente”.

O seu prontuário registra duas internações, a primeira, logo após as festas de fim de ano, foi no dia 02 e a segunda, no dia 25 de janeiro, ou seja, a mulher foi internada duas vezes, por duas semanas, no mesmo mês. O Sanatório discorda da retirada da paciente: “Julgamos, porem, que sua saída foi prematura, porquanto o curto tempo que permaneceu em tratamento não é suficiente para um aproveitamento razoavel.”

Todas as descrições sobre o comportamento de DDR estão diretamente ligadas ao discurso eugenista e são auxiliadas pela família com informações detalhadas para que os médicos pudessem chegar a diagnósticos mais precisos.

Ao ser internada, DDR relata a seu irmão O a visita que recebeu de seu marido L. Pelo que se lê, a seguir, seu marido aconselhou-a a suicidar-se, por conta de situações constrangedoras em que se pôs e à sua familia. A mulher pede para que a deixem só para que possa trabalhar e seguir seu caminho.

Com o ideário de mulher de sua época em mente, DDR foi impulsio-



nada por novas formas de pensar, para além da eugenia. Buscou libertar-se das verdades dos homens, do subjugo da inferioridade, das atividades domésticas, das funções reprodutórias. Tentou alcançar condições materiais e econômicas para livrar-se das relações patriarcais opressoras sob as quais vivia.

Abaixo, apresenta-se a transcrição semidiplomática de sua carta, onde se lê “...quero levantar me só, não quero saber de vocês...”. Deixando claro que confiava em sua independência para estabelecer-se como ser social, sem a interferência de homens ou progenitores subordinantes. DDR tentou irromper contra pensamentos eugenistas de seus familiares que poderiam promover atos de censura. Assim, levantou-se em oposição ao *status quo* e assinou seu nome de solteira, DN.

A mulher reafirmou seu desejo de ser só e, embora não tenha se referido propriamente ao termo “desquite”, como consta em seu prontuário, não é possível saber se DDR alcançou sua independência. Sabe-se, no entanto, que foi retirada do sanatório, por seu marido, em 8 de fevereiro de 1936, com a promessa de uma viagem à “Hespanha”, por seu bom comportamento.

Sanatorio Pinel 27-1-1936. O, Desejo que ao receberes esta estejas com saude. Eu estou bem, O, ofim desta, é tratar com voce um assunto, que me tem preocupado muito desde sabbado. Como voce sabe L esteve aqui; elle me deu um conselho que eu não penso seguir, diseme que voces não podiam pagar isto aqui para mim sempre, e como eu me tinha colocado numa situação tão enbaraçoza, que era melhor que eu me suicidase. Sinto muito dizer te mas eu não penso fazer isto, pois com uma cousa destas eu não melhora a situação de ninguem. Eu sei que errei, mas penso reabilitar me, pois ninguem levanta sem cair, e eu sinto me com forças para levantar-me. Agora vou dizer-te que com toda á franqueza, quero levantar me só, não quero saber de voces, pois graças à Deus eu posso trabalhar. Vou pedir ao medico daqui que me deixe ficar com o lugar, de uma das empregadas que vai sahir, pois assim continuarei aqui, sem precisar que voces se sacrifiquem por mim, nem tampouco de matar-me. Si não arranjar este lugar, eu arranjo um emprego em casa de familia, pois como sei trabalhar e tenho saude não me atrapalho. Dia 2 faz um mez que eu entrei por este motivo acho bom vires ate aqui conversar com o medico. Tua irmã DN.

## **5.2. A segunda carta: o homossexual sob o controle paterno eugenista**

Como observado na seção anterior, a conjuntura civilizatória que envolveu a constituição da República levou a normatizações do mercado

de trabalho assalariado para mulheres. Ao mesmo tempo, outras pessoas começaram a figurar no meio social, criando frentes de direitos e liberdades. Dentre eles, ex-escravos, estrangeiros, pessoas que passaram a se perceber como uma comunidade de trabalhadores.

Diante de mudanças profundas estruturais necessárias, os governos empreenderam ações eugenistas voltadas para a vigilância e repressão sobre o liberto, o imigrante, o pobre. A intenção era transformar os tidos degenerados em pessoas capacitadas a viver em sociedade.

De acordo com Castro (1912: 27), em meio aos processos de mudança, o problema dos crimes sexuais transformou-se em um dos maiores problemas para os governantes do Brasil. Eram concebidos como “atentatórios à ordem social por simbolizarem o primado dos instintos sobre a razão e por colocarem a família, justamente a instituição que se pretendia organizar, higienizar e fortalecer, em risco de desagregação”.

Ao envolver-se no processo de normatização dos comportamentos sexuais, o Poder Judiciário, por meio do Código Penal de 1890, listou as penalidades a todo tipo de prática sexual, como não consentida, homossexual e qualquer outra que fugia à regra do “coito vaginal”. Esta última era objeto de pesquisa dos crimes de defloramento e estupro. O Código de 1830 não punia a homossexualidade especificamente, mas, no art. 267, tipificava como criminosa a pessoa que disfarçava o sexo, tomava trajes impróprios do seu e mostrava-se em público dessa forma, além daquele que atentava ao pudor contra pessoa do mesmo sexo.

No começo do século XX, reconhecia-se uma produção intelectual com discurso hierárquico em que um sexo se sobrepunha a outro por meio de abjeções, bestialidades, anormalidades, como nas obras de Albuquerque (1928) e Almeida (1906).

A partir dessa literatura e de preceitos médico-legais, definiu-se o perfil humano antífísico, contrário às leis da natureza, constituído por animalidades, dentre as quais, as relações homoafetivas. Sob esse pensamento, a homossexualidade tornou-se alvo de estudos clínicos (Foucault 1999).

Se, nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707, as práticas homossexuais eram tidas como “hediondo pecado, ato péssimo e horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até para o próprio Diabo”, o homossexual coetâneo não era mais um pecador, mas um doente que precisava de cura.

Macedo (1902: 43), em seus estudos sobre concupiscência e sodomia, atribuiu valores morais e religiosos ao homoerotismo para explicar os distúrbios

psicológicos e a “falta de escapes normais” dos “penetrados” e “penetradores.” Segundo o médico, esse homens comunicavam-se com linguajares e sinais próprios, muita gesticulação e alto falar, “pouca serenidade e conspeção”.

A partir de estudos sobre os crimes sexuais entre negros sulistas, Lydston (1893: 67) concluiu que manifestações morais e físicas da “perversão sexual” eram interdependentes e oriundas de várias fontes. Em suas publicações preconizava histerectomia, vasectomia, castração, circuncisão como tratamentos para a perversão sexual.

Em *A practical treatise on disorders of the sexual function in the male and female* [Tratado prático sobre distúrbios da função sexual do homem e da mulher], Hühner (1916: 151) atribuiu imunidade ao homem heterossexual às compulsões sexuais: “Satíriase é definida como um impulso venéreo excessivo no homem. Refere-se de forma inversa à ninfomania, da mulher. O fato de um homem casado ter o desejo e a habilidade de manter relações com sua mulher muito frequentemente, não caracteriza a doença”.<sup>1</sup>

Há uma literatura do início do século XX que discorre sobre o homossexual (Blays 1996; Higgs 1999; Fry 1985). A cura para a “perversão sexual” era o assunto abordado da época, no Brasil também. Órgãos do Estado e da Saúde se mobilizaram, nos moldes eugenistas, para reagir à homossexualidade, uma patologia social instaurada.

Para Castro (1912: 39), eram homens que “apenas praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição nas ruas”. A imagem dos homens elegantes, sempre bem trajados, “portando camisas bordadas, lenços vermelhos ou azuis e gravatas de seda [...] que perfumavam os cabelos, usavam ruge e maquilagem pérola, berloques...” era vista como “um mundo depravado”.

Foi dessa forma que jovens com modos efeminados e seus declarados inconformismos com as tradições masculinizantes começaram a incomodar os papéis de gênero normativos.

Há que se destacar Carpenter (1995 [1914]), Kertbeny (1871), Ulrichs (1870) dentre as pessoas que defenderam e lutaram por uma sexualidade livre, baseada em companheirismo, que poderia incluir relações homoafetivas entre homens e mulheres. Acreditavam que esta concepção poderia equilibrar as relações entre pessoas, disseminar a democracia e unir as classes sociais.

Havelock Ellis (1926 [1859]) foi um médico eugenista, casado com

---

<sup>1</sup> Tradução de “Satyriasis is defined as excessive venereal impulse in the male. It is the exact counterpart of nymphomania, which is the same condition in the female. [...] The fact that a married man has the desire and the ability to have intercourse with his wife very frequently, does not constitute the disease.” (Hühner 1916: 151, tradução livre).

a escritora Edith Lees (1860-1916), líder feminista, abertamente lésbica. Dentre seus trabalhos, *Man and woman: a study of secondary and tertiary sexual characteristics* [Homem e mulher: um estudo de características secundárias e terciárias] certamente foi um divisor de águas no pensamento eugenista, pois, além de uma série de elucubrações sobre a sexualidade feminina e masculina que viriam ser adotadas até hoje por psicólogos, como narcisismo e autoerotismo, o médico discorre acerca de pessoas transgêneras. Defendia a sexualidade pelo determinismo biológico e concebia a vontade como impulso sexual natural.

Cumprir notar que essa era uma concepção utópica, nessa época, no Brasil, que muito demoraria para chegar. Cury (1982) elaborou uma pesquisa sobre a literatura nas áreas de psicologia jurídica, psiquiatria forense e medicina legal em que o termo ‘homossexualidade’ sempre era referido como patologia, distúrbio mental, perversão sexual, desvio.

Durante a metade do século XX, o Brasil ainda abrigava uma sociedade hostil que condenava e por vezes punia a homossexualidade mediante o confinamento em instituições mentais. Dentre os 3.800 homens que foram registrados do Sanatório Pinel, 134 foram internados por suas tendências às práticas homossexuais.

Este é o caso de NB, homem de 25 anos, homossexual não assumido, professor, morador de São Paulo, autor da próxima carta apresentada.

No dia 16 de janeiro de 1935, NB foi internado no sanatório Pinel, sob uma situação forçada. Seu pai enviou policiais em seu estabelecimento comercial, uma escola, para conduzi-lo até o sanatório porque dispensou sua irmã de seus trabalhos na escola para atribuí-los ao seu companheiro, JCF.

Além disso, NB apresentava tendências homossexuais, “uma situação deprimente e humilhante”, como se pode ler no fragmento de seu prontuário, abaixo.

Rapaz esforçado e trabalhador, fundou com o auxílio de uma sua irmã, o Liceu Acadêmico Belo Horizonte. Ultimamente, porém, dispensou os serviços de sua irmã, que tanto o auxiliara no início do estabelecimento, para confiá-lo ao Professor JCF, que sobre ele passou a ter domínio absoluto. Abandonou mesmo a casa de sua família para residir em companhia deste último, vivendo ambos no mesmo quarto. A família não se conformando com essa situação, por isso que o mesmo revelava, tendência para práticas homossexuais, havendo indícios evidentes de que a elas se entregava com seu companheiro de quarto. Inúteis foram todos os esforços para fazê-lo mudar de vida, razão porque se viram na contingência de interná-lo neste Sanatório, e fazer cessar uma situação

deprimente e humilhante não só para o paciente como para toda a família. (CO938 – Doc. 467).

Apesar de sua comunicação com o mundo exterior ter sido censurada, segundo o relato da seção Fórum Criminal, do *Diário de São Paulo*, de 19 de fevereiro de 1935, NB conseguiu contratar um advogado para ingressar com pedido de *habeas corpus* para que pudesse sair do sanatório. Durante a sessão de julgamento, Antonio Carlos Pacheco e Silva, o diretor do sanatório Pinel, testemunhou em favor da família e defendeu a necessidade médica de internação de NB.

O juiz indeferiu a petição do paciente, que, assim, permaneceu 14 meses no sanatório. Em sua carta, NB escreve para sua mãe explicando os motivos que o levaram a agir judicialmente contra as decisões de seu pai:

S. Paulo, 20 de Março de 1935. À bondosa mamãe, muitas saudades. Parabens pelo seu aniversario Muito sinto não poder ser-lhe agradavel em resposta a carta que vem com o seu nome. Pois, minha cultura intellectual e moral, graças aos seus esforços, não podem arranjar um sentimentalismo ficticio para fazer com que, simplismente a senhora fique contente. Responder a citada carta seria expor as minhas razões e portanto discordar com certos factos nellas descriptos como: Illusão amigavel. Rotina incerta. Ousadia medica. Truque policial. Papel de icariotes. Declarações fraternal confusas. Separação fraternal mal interpretada ou esquecido os motivos (com desagradavel expressão de expulsão) etc. Detalhar os factos seria aborecel-a e perturbal-a. O que a senhora deve perdoar-me são os meus caprichos e as exigencias limitadas pois aquelles e estas sendo alimentadas por bôa seiva e eu armado de vontade ferrea serei o leme seguro no grande ocean[o] da vida, attingindo assim o no[me] que orgulhara minha familia juizo bastante eu tenho, por is[so] não falharei. A referida carta falla em processo contra papae, porem não é praticamente um processo contra Elle, mas sim um pedido de Habeas-corporis que fiz ao Juiz, que confirma esse debate, uma vez que eu fui preso pela policia e trazido ao Instituto Pinel, cuja internação foi feita em condições desagradaveis e impossiveis de me attrib[ui]r: disturbios mentais e tendencias homo-sexuaes. Essas attribuições não foram inventadas por mim, mas aprovadas nas declarações feitas ao Juiz (Leia o Diario de S. Paulo de 19 e 23 de Fevereiro do corrente anno) a 1a pelo Papae que juntou attestado medico e a 2a pelo Dr. Pacheco Director do Instituto Pinel, que disse que a minha internação foi feita porque eu revelava tendencias homo-sexuaes. Com estas attribuições que não posso admittil-as e que as protesto fiquei até hoje - internado no Pinel incommunicavel. Por isso que em pleno juizo comprehensão e saude é que considerando illegal a minha internação no Sanatorio, (como

aprovou o Promotor Publico Dr. Antonio Nepomuceno) appelei pela justiça. Assim sendo, achei que poderia sahir do Sanatorio com a mesma polidez com que entrei. O que bem se percebe é que ha um certo desconnexo entre as declarações de Papae e do Dr. Pacheco cuja fusão das duas me foram apresentadas com o falso rotulo de repouso explicando-me, de chofre, do meu Lyceu de que era Director e da Presidencia do T. J. Estas declarações (confusas) que divergem e até certo ponto paracem confusas, teriam tido como fonte, falsas ventilações e bem inconstantes; para fazer com que Papae fizesse fugir a analyse sensata das verdades e ser obrigado a proceder da maneira acontecida. Por agora continuo esperar a decisão judicial. O que eu quero é que a senhora permaneça tranquila, bem como todos de casa. Lembranças a todos. Do filho affectuoso, NB.

### **Considerações finais**

Este artigo apresentou diferentes perspectivas adotadas pela filologia que procuram recuperar dados, por meio dos objetos documentais, com a intenção de servirem de fonte de pesquisa para estudos da história social. Utilizando-se como exemplos as duas cartas apresentadas, os olhares filológicos aqui propostos revelaram circunstâncias históricas que permearam a produção dessa documentação.

Numa tentativa de encontrar respostas para várias incógnitas, a filologia procura, por intermédio de seus instrumentos descritivos e analíticos, antes de tudo, interpretar condições de produção original de um documento. Ou seja, como produto artesanal, o manuscrito é único e, como tal, deve ser estudado e avaliado, investigando-se a complexa rede de fatores da qual é resultado não aleatório, mas uma produção cujos fatos materiais devem ser submetidos à história para propor sua explicação.

A proposta da interdisciplinaridade filologia e história busca evidenciar a necessidade da leitura de um material, possível fonte para historiadores, com garantias de se estar o mais próximo possível da produção, circulação e transmissão do documento original. A relação entre a filologia e outras disciplinas é o que permite ampliar o conhecimento sobre o documento. Quanto mais aprofundada a pesquisa sobre determinada característica relacionada ao material textual, maior será a abrangência de sua edição filológica.

A partir dessa premissa, a filologia centra-se em seu objeto de estudo e analisa a forma, o suporte, os instrumentos e todos os procedimentos de fabricação para que o documento manuscrito chegasse a sua realização. Além disso, aborda o manuscrito como objeto cultural e textual, portanto requer

um grau de estudo que não se concentra apenas na descrição material, daí a proposta de seu diálogo com os estudos históricos.

## Referências bibliográficas

Ackel, A. (2019): *Cartas pessoais de pacientes do Sanatório Pinel (1929-1944): um estudo filológico*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Agati, M. L. (2009): *Il libro manoscritto da Oriente a Occidente. Per una codicologia comparata*. L'Erma di Bretschneider: Roma.

Albuquerque, J. (1928): *Introdução ao estudo da pathologia sexual*. Rio de Janeiro: Casa Typologica Coelho.

Almeida, P. (1906): *Homossexualismo: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert e C.

Almada, M. (2014): “Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa”. *Pós: Belo Horizonte*, v. 4, n. 8, p. 134 -147.

Araújo, P. A. N. (1883): *Loucura Puerperal*. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Azevedo Filho, L. (1987): *Iniciação em crítica textual*. São Paulo: EDUSP.

Bentham, Jeremy: “Logos”. In *Encyclopaedia Britannica*. Editado por Brian Duignan. <https://www.britannica.com/topic/logos>. Acessado em 30/04/2020.

Bernardes, J. A. C. (2015): “A Filologia perene e o ideal da bata branca”. In Condé, V. G.; Mongelli, L. M.; Vieira, Y. F. *Carolina Michaelis de Vasconcelos: Uma Homenagem*, São Paulo, FFCH-USP, p. 47-66.

Bleys, R. (1996): *The geography of perversion: male-to-male sexual behavior outside the west and the ethnographic imagination, 1750-1918*. London: Cassell.

Bouza, F. (2001): *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.

Burke, P. (1991): *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

----- (1992): *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

Caldas, M. (1932a): “A Eufrenia – ciência da boa cerebração”. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.29-40.

Calmon, P. (2002 [1935]): *História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Martins Fontes.

Cambraia, C. N. (2005 [1914]): *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

Carpenter, E. (1995): *Intermediate types among primitive folks: a study in social revolution*. Abingdon: Routledge Revivals.

Castro, V. (1912): *Attentados ao pudor. Estudo sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna.



Castro, I. e Ramos M. A. (1986): “Estratégia e tática da transcrição”. *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*. Paris: Centre Culturel Portugais, p. 99-122.

Decreto-Lei n. 4.778. *Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental*. Capítulo I: denominação, organização, sede e fins da Liga. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, v. 1, n. 1, 1925, p. 223-234.

Degler, C. N. (1974): “What ought to be and what was: women’s sexuality in the nineteenth century”. *American Historical Review*, 79, n. 5, Dec., p. 1467-1490.

Ellis, H. (1926 [1859]): *Man and woman: a study of secondary and tertiary sexual characteristics*. London: Sanctuary books.

Elia, S. (1975): “Os estudos filológicos no Brasil”. In: *Ensaio de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Grifo.

Federici, S. (2018): *Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Foucault, M. (1999): *Historia da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Fry, P. (1985): *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense.

Gilissen, L. (1977): *Prolégomenes a la codicologie. Recherches sur la construction des cahiers et la mise en page des manuscrits médiévaux*. Gand: Story-Scientia.

Hahner, J. E. (1981): *A mulher brasileira e suas lutas sociais políticas*. São Paulo: Brasiliense.

Higgs, D. (1999): *Queer sites: gay urban histories since 1600*. London: Routledge.

Higounet, C. (2003): *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola.

Hirsch, L. (1923): *These new ‘Amazons’*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Hobsbawm, E. (1998): *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra.

Hühner, M. (1916): *A practical treatise on disorders of the sexual function in the male and female*. Boston: Harvard University Press.

Kertbeny, K. (1870): *Schriften zur Homosexualitätsforschung*. Berlim: Bibliothek Rosa Winkel.

Lara, S. H. (2008): “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39.

Lutz, B. (1920): “A mulher na burocracia e no magistério”. *Nosso Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de abril. Disponível em <http://lhs.unb.br/bertha/> (acessado em 30/04/2020).

Lombroso, C.; Ferrero, G. (1923): *La donna delinquente: la prostituta e la donna normale*. Torino: Fratelli Bocca Editora.

Lydston, F. (1893): *Sexual crimes among the southern negroes*. Lousiville: Renz & Henry. <http://www.archive.org/details/sexualcrimesamon00mcgu/> (acessado em 30/04/2020)

Macedo, F. F. (1902): *Os devassos: concupiscentes e sodomitas pathologia e crime*. Lisboa: Papelaris Palhares.

Magnússon, S.; Szijártó I. (2013): *What is Microhistory? Theory and practice*. Routledge: London and New York.

Nachmann, F. (1994): “Positivism, modernization, and the middle class in

Brazil”. In Herschmann A.; Pereira J. H. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco.

Nazario, D. N. (1923): *Voto feminino e feminismo. Um anno de feminismo entre nós*. São Paulo: Monteiro Lobato e Companhia.

Nunes, V. F. (1928): *Perversões sexuais na medicina legal*. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Direito de São Paulo.

Olinto, P. (1941): *Higiene mental e suas relações com o urbanismo*. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, v. 13, n. 1, p. 17-20.

Oliveira, J. A. F. M.; Estrella, M. A. G. E. (1881): *Mulher*. New York: Tvp. De E. Perez. [http://memoria.bn.br/pdf/732907/per732907\\_1881\\_00004.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/732907/per732907_1881_00004.pdf) (acessado em 30/04/2020).

Pacheco e Silva, A. C. (1948): *A psiquiatria e a vida moderna*. São Paulo: Edigraf.

----- (1950): *Palavras de psiquiatria*. São Paulo: Edigraf.

Pereira, B. B. (2016): *Entre a loucura e a norma: mulheres internadas no Sanatório Pinel*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Peter, J. P. (1981): “Les médecins et las femmes”. In Aron, J. P. *Misérable et glorieuse: la femme du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Fayard.

Petrucci, A. (2008): *Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria*. Bari: Editori Laterza.

Priore, M. (1994): *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto.

Ribeiro, L. (1938): *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Ruiz García, (2002): E. *Introducción a la codicología*. Madrid: Biblioteca del Libro.

Samaran, C. (1934): *Notes manuscrites de son cours de l'année 1934-35 à l'École Pratique des Hautes Etudes*. Paris.

Scott, J. E. (1988): *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.

Silva Neto, S. (1956): *Ensaio de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

Spina, S. (1977): *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poetica, EDUSP.

Toledo, R. P. (2015): *Capital da vertigem. Uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. São Paulo: Objetiva.

Tilly (1984): *Big structures, large processes, huge comparisons*. Philadelphia: Russel Sage Foundation.

Ulrichs, K. (1870): *Uranus*. Leipzig: Gerb'sche Berlagsbuchhandlung.

Vacaro, J. (2011): *A Construção do moderno e da loucura: mulheres no Sanatório Pinel de Pirituba (1929 – 1944)*: Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Vasconcellos, J. L. (1928), *Opúsculos*. v. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade.